



GOVERNADOR  
**Luiz Fernando de Souza**

VICE-GOVERNADOR  
**Francisco Dornelles**

## ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

*Leonardo Espíndola*

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

*Paulo Melo*

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

*Claudio Uchida Cavallari*

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

*Júlio César Caima Bueno*

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

*Marco Antonio Vaz Capute*

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

*José Iran Peixoto Júnior*

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

*José Mariano Bellizame*

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

*Eir Ribeiro Costa Filho*

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

*Felipe dos Santos Peixoto*

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

*Ronaldo Jorge Brito de Alcantara*

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

*Antonio José Vieira de Paiva Neto*

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

*Gustavo Reis Ferreira*

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

*Bernardo Chim Rossi*

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

*Carlos Roberto de Figueiredo Osório*

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

*André Gustavo Pereira Cordeiro da Silva*

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

*Christiano Azeiteiro da Silva*

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL,

ABASTECIMENTO E PESCA

*José Luis Anchieta*

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA

*Arakle de Oliveira*

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

*Eva Davis Rosental*

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS

HUMANOS

*Ezequiel Cortez Teixeira*

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

*Wanderley Alves de Oliveira*

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

*Vito Sergio Alves Filho*

SECRETARIA DE ESTADO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E

QUALIDADE DE VIDA

*José Luiz Nanci*

SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

*Cidinha Campos*

SECRETARIA DE ESTADO DE PREVENÇÃO A DEPENDÊNCIA QUÍMICA

*Filipe de Almeida Pereira*

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

*Lucia Lins Guimarães Boff*

**PORTAL DO CIDADÃO - GOVERNO DO ESTADO**  
**www.governo.rj.gov.br**

## SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo.....	1
Atos do Poder Executivo.....	6
Gabinete do Governador.....	7
Governadoria do Estado.....	7
Gabinete do Vice-Governador.....	7
ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)	
Casa Civil.....	7
Governo.....	7
Planejamento e Gestão.....	9
Fazenda.....	10
Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.....	11
Obras.....	11
Segurança.....	13
Administração Penitenciária.....	13
Saúde.....	13
Defesa Civil.....	16
Educação.....	16
Ciência, Tecnologia e Inovação.....	18
Habitação.....	18
Transporte.....	19
Ambiente.....	20
Agricultura e Pecuária.....	22
Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca.....	22
Trabalho e Renda.....	22
Cultura.....	22
Assistência Social e Direitos Humanos.....	22
EspORTE, Lazer e Juventude.....	22
Turismo.....	22
Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida.....	22
Proteção e Defesa do Consumidor.....	22
Prevenção à Dependência Química.....	22
Procuradoria Geral do Estado.....	26
AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO.....	26
REPARTIÇÕES FEDERAIS.....	26

**AVISO:** O Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I - Poder Executivo (com o Caderno de Notícias), Parte I-IC - Junta Comercial, Parte I (DPGE) - Defensoria Pública Geral do Estado, Parte I-A - Ministério Público, Parte I-B - Tribunal de Contas e Parte IV - Municipalidades, circulam hoje em um só caderno

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 61 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

**ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 134/2009 E Nº 151/2013 QUE ALTERAM A LEI Nº 4056/2002 QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E ÀS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

### O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Art. 2º da Lei nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

I - o produto da arrecadação adicional de dois pontos percentuais correspondentes a um adicional geral de alíquota atualmente vigente do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, com exceção: (NR)

a) dos gêneros que compõem a Cesta Básica, assim definidos aqueles estabelecidos em estudo da Fundação Getúlio Vargas e em Lei estadual específica;

b) dos Medicamentos Excepcionais previstos na Portaria nº 1319, de 23/07/2002, do Ministério da Saúde, e suas atualizações e em Lei estadual específica";

(...)

II - Além da incidência percentual prevista no inciso I, terão mais 2 (dois) pontos percentuais, substituídos em 31 de dezembro de 2015, os serviços previstos na alínea "b", do inciso VI do artigo 14 da Lei nº 2.557/95, com a redação que lhe emprestou a Lei nº 2.890/97, e no inciso VIII do artigo 14 da citada Lei nº 2.557/95, com a alteração dada pela Lei nº 3.092, de 20/10/98."

**Art. 2º** - Acrescente-se os incisos XXI, XXII, XXIII, XXIV e XXV ao artigo 3º da Lei Complementar nº 151/2013, com a seguinte redação:

"Art. 3º - (...)

....

XXI - programa de ações físicas para aumentar a acessibilidade das pessoas com deficiência nas edificações públicas estaduais e nos espaços públicos estadual e municipais.

XXII- Programas de Cotas nas Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro

XXIII - na manutenção e apoio às universidades públicas estaduais.

XXIV - Na modernização dos equipamentos do Centro de Referência de Assistência Social - Cras e Centro de Referência Especializada de Assistência Social - Creas, mediante co-financiamento.

XXV - na construção do campus da Universidade Estadual da Zona Oeste - UEZO."

**Art. 3º** - O artigo 3º da Lei nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, deverão ser aplicados prioritariamente nas seguintes ações:

(...)

§ 1º - Os recursos provenientes deste Fundo serão aplicados nas áreas de nutrição, habitação, educação, inclusive educação Universitária, saúde, reforço da renda familiar, saneamento e outros programas de relevante interesse social, poderão contemplar gastos com pessoal e outras despesas correntes das funções Educação, Educação Universitária, Saúde e Assistência Social.

(...)

§ 4º - Os gastos com pessoal nas ações que utilizem recursos do Fundo ficam limitados à 40% (quarenta por cento) do total estimado de receita do aludido Fundo constante no orçamento anual."

**Art. 4º** - O artigo 4º da Lei nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002 passa a vigorar acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - O Governador do Estado, fará publicar no primeiro dia útil do segundo mês do ano, a composição do Conselho Gestor e o relatório de aplicação do Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - FECOP do exercício anterior"

**Art. 5º** - Fica revogado o inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 134, de 29 de dezembro de 2009.

**Art. 6º - V E T A D O .**

**Art. 7º** - O artigo 5º da Lei nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - Os percentuais definidos no inciso I e II do art. 2º são máximos, podendo a sua utilização, inclusive por produto ou segmento, ser no todo ou em parte a critério do chefe do Poder Executivo, devendo tais decisões serem publicadas no Diário Oficial e encaminhadas à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ"

**Art. 8º** - Acrescente-se item na alínea "h" do artigo 2º da Lei 4.056 de 30 de dezembro de 2002 com a seguinte redação:

"(...)

h) na geração de energia eólica, solar, biomassa, bem como para a energia gerada a partir do lixo, pela coleta do gás metano, e pela incineração, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo;

1 - fica autorizado o Poder Executivo a aderir ao Convênio ICMS nº 16, de 30 de junho de 2015 sobre operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL."

**Art. 9º** - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2015

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Governador

Projeto de Lei Complementar nº 17/2015

Autoria: Poder Executivo, Mensagem 49/2015

Aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça

**RAZÕES DE VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 17/2015, ORIUENDO DA MENSAGEM Nº 49/2015, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, APROVADO O SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, QUE "ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 134/2009 E Nº 151/2013 QUE ALTERAM A LEI Nº 4.056/2002 QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E ÀS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Não obstante a louvável intenção do Poder Legislativo, não foi possível sancionar integralmente a presente proposta, recaindo o veto sobre o art. 6º do projeto em análise, oriundo de emenda parlamentar.

Após avaliar, em conjunto, a nova redação dada ao art. 2º, inciso II, da Lei nº 4.056/2002, pelo art. 1º deste projeto de lei com o art. 5º desta mesma proposição, verifica-se um desacordo com os ditames da Lei Complementar nº 95/98. Isto porque, a nova redação conferida ao mencionado art. 2º já revogou tacitamente as alíneas "a" e "b" do seu inciso II. Assim, o art. 5º ora vetado poderia trazer dúvida acerca da vigência da alínea "a".

Por esses motivos não me restou outra opção a não ser a de apor o veto parcial que encaminho à deliberação dessa nobre Casa Parlamentar.

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Governador

Id: 1925877

LEI Nº 7173 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

**DISPÕE SOBRE O RESGATE, PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE OBRIGAÇÕES DA SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A ORUNDAS DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E AUTORIZA SUA COMPENSAÇÃO COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS JÁ CONSTITUÍDOS OU QUE VENHAM A SER CONSTITUÍDOS CONTRA A LIGHT S.E.S.A.**

### O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a resgatar obrigações da SUPERVIA - Concessionária do Transporte Ferroviário S/A, decorrentes do fornecimento de energia elétrica pela empresa LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. - LIGHT S.E.S.A., vencidas até novembro de 2015, líquidas, certas e não prescritas devidamente identificadas em auditoria realizada pela Auditoria Geral do Estado para esse fim, gerando um relatório contendo os valores discriminados dos resgates efetuados, o qual deverá ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ.

**Parágrafo Único** - A operação de resgate de obrigações da Supervia, de que trata o caput fica limitada ao montante de R\$ 38.978.803,00 (trinta e oito milhões, novecentos e setenta e oito mil e oitocentos e três reais), total do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato reconhecido pela Agetransp.

**Art. 2º** - Do montante devido pelo Estado do Rio de Janeiro à LIGHT S.E.S.A. em decorrência do resgate realizado nos termos do art. 1º, será deduzido o valor do crédito líquido, certo e exigível, vencido e não pago pela LIGHT S.E.S.A. ao Estado do Rio de Janeiro, excetuados aqueles com exigibilidade suspensa.

**§1º** - Esgotados os créditos vencidos, poderá a LIGHT S.E.S.A. oferecer créditos tributários vencidos como forma de compensação para extinção das obrigações referidas no art. 1º desta Lei.

**§2º** - A compensação efetivada com créditos tributários vencidos será feita em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme regulamentação a ser editada pela Secretaria de Estado de Fazenda.

**§3º** - Fica o Poder Executivo obrigado a enviar a Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, relatório consultativo contendo as informações relativas ao montante compensado pela LIGHT S.E.S.A. ao Estado do Rio de Janeiro, incluindo os valores das parcelas vencidas e vencíveis, decorrentes do resgate realizado nos termos do artigo 1º.

**Art. 3º** - É condição à implementação do resgate a que se refere o art. 1º desta Lei que deixe a LIGHT S.E.S.A. de exigir qualquer acréscimo sobre o valor devido pela SUPERVIA, decorrente da incidência de juros, mora ou penalidades, inclusive a correção monetária, dando-se, neste caso, ao Estado e à SUPERVIA, plena, rasa e irrestrita quitação, de forma irrevogável e irratável.

**Art. 4º** - O Poder Executivo editará os atos regulamentares necessários ao integral cumprimento desta Lei.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2015

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Governador

Projeto de Lei nº 1138/2015

Autoria: Poder Executivo, Mensagem 47

Aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça

Id: 1925875